

Imprensa Nacional  
Biblioteca Machado de Assis



B0028816

F  
3869.5  
N216

# DISCURSOS

Posse do sócio efetivo  
Aluizio Napoleão  
no Instituto Histórico  
e Geográfico Brasileiro

EM 18 DE DEZEMBRO DE 1957

F 350.003 5  
C194d

# DISCURSOS

Posse do sócio efetivo  
Aluizio Napoleão  
no Instituto Histórico  
e Geográfico Brasileiro

F.  
350.003.5  
C. 194d  
B00218816

EM 18 DE DEZEMBRO DE 1957

DISCURSOS

**DISCURSOS**

DISCURSO DO PROF. PEDRO CALMON, orador oficial do Instituto Histórico, saudando o Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rego, na sessão de 18 de dezembro de 1957:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República e Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Excelentíssimo Senhor Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Senhor Núncio Apostólico.

Senhores Embaixadores.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Senhores Ministros de Estado.

Senhor Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Senhor Governador do Estado do Piauí.

Senhor Deputado Hugo Napoleão.

Senhor Chanceler da Ordem Nacional do Mérito.

Minhas senhoras e meus senhores.

Recebendo com solenidade e alegria um dos seus, o sócio efetivo Aluizio Napoleão, o velho Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro está em festa. Celebra ainda uma vez o ritual de acolher, com a dignidade acadêmica peculiar a atos desta natureza, um homem de alta carreira pública, de notório saber, de ilustre atividade cívica e méritos incontestáveis, chamado por sua vocação no serviço e na defesa dos ideais da pátria, para participar da assembléia onde, desde 1838, estudiosos da tradição brasileira dela cuidam, a bem da continuidade nacional.

Arquivo do IAHG  
DISCURSOS  
1838-1957  
F173 26/2/57

Honra-nos, mais do que a êle, o brilho desta recepção. No caso do jovem e aplaudido recipiendário comemora ainda uma feita o Instituto Histórico as suas excelentes relações com a diplomacia.

O bom diplomata — e poderíamos, a propósito, tecer as linhas mestras de uma teoria — é, sem dúvida, um historiador nato. Nesta casa sabemos disto, através de uma tradição que liga, no tempo, Varnhagen a Rio Branco. Com efeito, o bom diplomata é o que leva consigo pelos itinerários do mundo a imagem do país e, a propósito da sua terra, tem uma noção global, profunda e militante. Sabe a sua história porque lhe interpreta a soberania, os brios, a dignidade. Tem a sensibilidade do intérprete público, não manifestado nos episódios recentes ou atuais em que êle se apresenta, porém documentado e cristalizado através da crônica de todos os episódios que constituem a história pátria.

É um mensageiro dessa personalidade, que o país apura e define através do tempo. O diplomata é um serventuário que personifica, por um privilégio específico do posto, o seu país.

Não pode estar desligado das suas raízes, não pode ser um representante político de uma geração, deve ser, no estrangeiro, sobretudo onde exerça o seu alto ministério, um intérprete autêntico da realidade nacional.

No seu conjunto pluridimensional, nas suas reações, na sua psicologia, na sua sensibilidade.

Dir-se-á, entretanto, que o Brasil, país jovem, sem os fundamentos tradicionais e arcaicos das pátrias velhas, fundado ainda há pouco pelos europeus que, na paisagem inédita, arquitetaram a civilização que desfrutamos, pode ser, se não é, um país eminentemente *histórico*, renunciando ao passado, em benefício do presente fugaz e do sonhado futuro.

Mas, minhas senhoras e meus senhores, esta heresia será sustentada por quantos ignoram de que plasma se constitui a essência das sociedades políticas. Tudo, na nossa terra, é *histórico*. Tudo, na sua política real, na sua defesa persistente, na sua representação verídica, é *histórico*.

Histórica é esta raça a que pertencemos e cuja síntese somos através da amálgama plurisecular que a formou.

Históricas as nossas fronteiras, baseadas no *histórico uti possidetis*, em que se manifestou o sentido integralizador do deslocamento bandeirante. Históricas as nossas antigas cidades, balizadas pelas velhas e coroadas pelos campanários antigos que as abençoam.

Histórico é o governo que centraliza a nação. Histórica a consciência que vibra de patriotismo dando personalidade ao nosso povo. Histórica é a liberdade do Brasil. Tudo é histórico no campo político em que a história se projeta, com uma condição integrativa e formadora da nacionalidade persistente porque é histórica, duradoura porque é histórica, independente e soberana porque é histórica, ativa e orgulhosa das glórias do passado porque delas faz a inspiração da sua jornada para o futuro.

Depois, a História e o Brasil também se associam. E a Diplomacia e a História, nesta casa, sempre foram tratadas como duas espécies fraternas do serviço militante da pátria. É justo, é natural, é explicável que recebamos de braços abertos e com um prazer intenso o jovem diplomata, cujos títulos e credenciais o integram na família dos grandes representantes da tradição brasileira que enviamos, vez por outra, aos países estrangeiros, para bem dizerem da cultura do meu país.

Aluizio Napoleão apenas inicia, dir-se-ia, contemplando a sua visível mocidade, uma carreira, «a carrière», cheia de prematuros triunfos que, desde a primeira hora, festejaram a sua admirável vocação do serviço público. Estudioso, cheio de talento, amando a sua terra com um amor em que se misturam a fidelidade e a cultura, a fidelidade nordestina, de que falarei em breve, e essa cultura ateniense de que tem o segredo, madrugou para as vitórias intelectuais com um livro de contos. O seu título não o afastava da vocação para a carreira diplomática. Ao contrário, já a sugeria.

O seu livro de estréia, um livro de contos intitula-se: *Segredo*. Sabê-lo guardar já representa um êxito seguro em diplomacia. Sabê-lo transmitir, porém, sobredeira as virtudes do diplomata. Realmente, transmitiu êle a mensagem interior ou o segredo das coisas que viu naquele outro livro de crônicas: *Imagens da América*, espécie de miniatura dos Estados Unidos, observado pela crítica austera e pelo embevecimento democrático do jovem segundo secretário da legação em Washington no duro tempo da guerra, que viu, com olhos de ver, a grandeza, o pitoresco e os contrastes da maior democracia do mundo.

Mas, a seara própria, onde sei faria a vontade, o trigo doirado da inspiração literária, esta foi a história. Aquela musa, como dizia risonhamente o Duque de Rivas, que se debruçou sobre o seu berço bem brasileiro e cuja companhia imaterial o traz delicadamente, pela mão, até este recinto augusto.

Iniciou-a de parceria com o mestre, o Barão do Rio Branco. É uma fatalidade do diplomata brasileiro que ama a tradição nacional fazer-se um arauto das glórias do Barão, e reivindicá-las.

O Barão do Rio Branco enche o Itamarati, com a influência mística do seu patriotismo. Ninguém, como êle, diziam os contemporâneos e contam os biógrafos, interpretou, de uma maneira tão completa, tão perfeita, tão didática, tão educativa, o patriotismo associado à defesa vigilante, combativa dos interesses exteriores do Brasil.

Aluizio Napoleão, jovem diplomata, iniciando a vida pública, pupilo predileto, poderia dizer, das velhas gerações do Itamarati, dedicou ao nume doméstico, o Chanceler, o melhor dos seus estudos, *O Segundo Rio Branco — o homem e o estadista*, com o mérito em que precede a moderna bibliografia, sôbre o personagem e o assunto, de illustrá-lo com o subsídio inseparável dos arquivos, dêsses arquivos do Itamarati que organizou com um zêlo inexcedível.

Em outro volume, *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*, completou o seu estudo magistral sôbre o grande brasileiro.

Em seguida, nos deu obra de reivindicação do pioneirismo patricio, o seu estudo que devo considerar na primeira linha dos trabalhos desta espécie sôbre Santos Dumont.

Não tenho, minhas senhoras e meus senhores, uma doutrina pessoal sôbre a arte de representar o Brasil no estrangeiro. Mas confesso que propendo, em virtude de certas afinidades inevitáveis, a aplaudir todo aquêle que não perde ocasião, sobretudo fora dos pátrios climas, para discutir e defender as prioridades da sua gente. Santos Dumont é uma glória cabocla, é a glória da casa, é o Santo do nosso altar leigo, o homem que deu azas aos homens, aquele que, com a sua máquina aérea, abriu os umbrais de nuvens da idade nova.

Aluizio Napoleão, férvido admirador, advogado politico e biógrafo exato de Santos Dumont, dedicou-lhe à glória debatida um livro corajoso.

Honra lhe seja por isto!

Que êste trabalho sirva, tanto para o nome de Santos Dumont nas esferas em que a sua glória é discutida, como de exemplo, para que os outros façam como êle, e desfraldem, sempre que puderem, o auri-verde pendão da sua terra a propósito das legítimas glórias nacionais.

Mas, se em todos êstes livros e mais os postos da sua brilhante carreira, em Washington, a Encarregatura de Negócios em Paris, a difficil missão em Ancara, na Turquia, em contato com os problemas ásperos do Oriente Médio, as missões, como a 6ª Conferência Internacional das Nações Unidas, em Paris — era

ministro naquela ocasião João Neves — se desempenhou com tanto fulgor, se todos êsses títulos, porém, constituem a bagagem official, a recomendação ostensiva, os títulos com que o Instituto Histórico abre as suas portas a Aluizio Napoleão, há um livro a mais que desejo aqui citar, como quem revela um mistério, aquêle que não está no mercado, se não lhe aumenta a bagagem literária fora do círculo fechado do clan, deliciosamente intitulado: *O meu avô José de Freitas*.

Livro dedicado ao patriarca da tribo, aquêle que plantou, na ensolarada terra natal, a cidade que lhe leva o nome.

Bom português, por isto mesmo admirável nordestino, que não sei de quem se pareça mais com um piauiense do que um alentejano ou um transmontano e a cuja roda uma civilização se formou naquelas paisagens de caraubais, daquela terra quente e bela, que outro cavaleiro das lutas insignes do regime, o deputado Hugo Napoleão, também representa na politica federal.

Êsse livro último, familiar e carinhoso é, na minha critica sumária, também uma informação sôbre a dignidade mental e uma prova do caráter inteiriço do homem que se sente orgulhoso das suas origens, as raízes que se entranham no solo pátrio constituem a própria segurança da permanência da nacionalidade.

Em nome dêste sentimento, illustre Ministro Aluizio Napoleão, e lhe digo, falando pelo Presidente do Instituto Histórico, chefe hoje da diplomacia brasileira, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, e dos sócios que integram esta Academia, que entra aqui como quem soube lá fora falar muito bem da nossa pátria, e aqui dentro, na conversa carinhosa e intima dos serões familiares, recordar as raízes que fazem grande, sólida e illustre a nossa raça. (*Aplausos*).

## DISCURSO DO SR. ALUÍZIO NAPOLEÃO DE FREITAS RÊGO (\*)

Excelentíssimo Senhor Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Excelentíssimo Senhor Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Senhores Embaixadores.

Senhor Núncio Apostólico.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Senhores Ministros de Estado.

Senhor Chanceler da Ordem do Mérito.

Senhor Chefe da Casa Civil, da Presidência da República.

Senhor Doutor Pedro Calmon.

Senhor Governador do Piauí.

Senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro merece o respeito de todos nós pela obra que várias gerações de ilustres membros desta Casa vêm realizando desde que o Marechal Raimundo José da Cunha Matos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa tiveram a luminosa idéia de propor a sua fundação, numa das sessões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a 18 de agosto de 1838. A 21 de outubro do mesmo ano reunia-se, pela primeira vez, este Instituto e, a 19 de março de 1839, às 10 horas da manhã, o seu primeiro presidente efetivo, o Visconde de São Leopoldo, visitava Dom Pedro no Paço da Boa Vista. Nessa ocasião aceitou o título de Protetor da nova Ins-

(\*) Discurso pronunciado em 18 de dezembro de 1957 por ocasião de sua posse como sócio efetivo do Instituto.

tituição. Nascia, assim, uma das mais fecundas instituições nacionais, depositária de documentos importantes de nossa história, inspiradora de obras de real valor sobre a vida e evolução do nosso país. São, portanto, os ilustres membros desta Casa os guardiães do trabalho continuado de historiadores e geógrafos consagrados pelo tempo. Não posso, pois, deixar de entrar reverente neste recinto, nem de me sentir sensibilizado com a grande honra que me concederam os sócios deste Instituto ao me elegerem para fazer parte dos quadros desta Associação tão cheia de tradições e tão integrada na vida nacional.

Com o mesmo respeito que aqui entro é que rendo minhas homenagens aos Excelentíssimos Senhores Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e Ministro José Carlos de Macedo Soares, Presidente Honorário e Perpétuo deste Instituto. Honrado com a confiança do Senhor Presidente da República, muito tenho aprendido no trato com o eminente homem de Estado que dirige os nossos destinos, com a oportunidade que me tem sido dada de apreciar o seu dinamismo bem condizente com a nossa época, dinamismo que não exclui a reflexão, que é uma característica de sua origem mineira; de observar a sua personalidade complexa e de admirar o dirigente audaz, que não hesita em praticar atos que julga, nos seus resultados benéficos, importantes para o nosso país; sedento de realizações úteis à coletividade; impregnado de uma visão permanente do nosso futuro; inflamado sempre pelo contacto com as massas populares, cujo aplauso reforçam-lhe o ânimo varonil para prosseguir na luta constante e diária que é a vida de um Chefe do Poder Executivo num regime presidencialista como o nosso.

A figura do Chanceler da Paz do Chaco revela-nos, a um rápido olhar, a fisionomia de um homem sereno, que conduz a pasta das Relações Exteriores com aquelas mesmas qualidades de tato, discrição, persistência, patriotismo e sagacidade que são o apanágio da diplomacia de tôdas as épocas. Dois homens de duas gerações, de formação e temperamento diversos, que uniram seus esforços no sentido de ampliar os horizontes de nossa política externa em função do desenvolvimento nacional do Brasil, sem quebra das nossas mais puras e caras tradições diplomáticas.

Desejo, igualmente, referir-me, de modo especial, ao nobre orador desta Casa, o Magnífico Reitor Pedro Calmon, historiador emérito, cuja eloquência já se tornou indispensável em momentos solenes da vida brasileira. As suas imagens coloridas e vivas talharam a pedra bruta de minha modesta personalidade, dando-lhe brilhos e criando-lhe facetas que são o efeito indissolúvel de seu talento oratório.

Aqui me acho diante de vós como um pigmeu diante de gigantes que carregam a grande tradição de uma das mais experimentadas instituições do Brasil, desde que o moço imperador aceitou a responsabilidade de tornar-se seu protetor. E o que foi a noção da responsabilidade aceita se evidenciou na paternal maneira com que D. Pedro II sempre tratou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acolhendo-o no próprio Paço Imperial, prestigiando a Instituição com a sua presença, dirigindo-lhe os trabalhos com interêsse e devoção, apoiando a atividade de seus membros, doando-lhe verdadeiros arquivos e bibliotecas. Esta recebeu na República, com a assistência prestada pelo Presidente, tem hoje o seu retrato a óleo na sua sala de sessões, o único fixado em suas paredes, como a marcar, com êsse gesto, o caráter de exceção de que se reveste. E conserva, também, a cadeira em que a imponente figura do nosso segundo imperador costumava sentar-se para presidir os trabalhos desta Instituição, que sempre foi prestigiada pelos Chefes de Estado brasileiros desde que o Regente Pedro de Araújo Lima, a 3 de novembro de 1839, presidiu a sua primeira sessão magna, estabelecendo um precedente que, seguido imediatamente por D. Pedro II, ao dirigir 506 sessões dêste Instituto, e pela Princesa Isabel, foi retomado, na República, pelo Presidente Prudente de Moraes, sem que essa tradição tenha sido quebrada até os nossos dias, sendo esta, como é, a terceira vez que o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira comparece a êste Instituto. O Estado brasileiro aqui esteve sempre presente, quer no Império, quer na República, pela sua figura máxima, tendo sido os primeiros Estatutos desta Casa aprovados, em nome do imperador, pelo Regente Pedro de Araújo Lima, a 4 de abril de 1839, por um ato do Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos. O historiador Max Fleiuss, conhecedor profundo da vida dêste Instituto, que acompanhou durante muitos anos como seu Secretário Perpétuo, nos fala, ao fazer a sua história, figuras de historiadores e geógrafos têm passado por esta Casa, reconhecendo os benefícios que recebeu do monarca brasileiros Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas. Neste momento, fazem parte dos seus quadros, como Presidentes Honorários, dois antigos Presidentes da República — o Doutor Venceslau Braz Pereira Gomes e o Marechal Eurico Gaspar Dutra. As mais ilustres do apôio oficial e das provas de consideração que esta Casa desde a sua fundação e os trabalhos publicados na sua conceituada Revista, que não deixou de ser impressa desde sua criação, são um atestado da seriedade da obra realizada pelos seus membros para colocar, em permanente evidência, as páginas mais significativas da história do Brasil.

Não desconheço as dificuldades do historiador em face da complexidade dos fatos históricos, que busca narrar, tendo em vista esclarecê-los e interpretá-los para que dêles ressalte a verdade. Êsse trabalho, em que deve estar imbuído da isenção sem a qual não há julgamento histórico possível, não é fácil, sobretudo, como disse, em vista da complexidade de que se reveste o acontecimento histórico, pois êste, além de ser narrado com exatidão, deverá ser interpretado com justeza para que o leitor possa ter uma idéia, tão nítida quanto possível, do que se passou e possa, para fazer também o seu julgamento, dispor de todos os dados essenciais sôbre o que aconteceu. Sendo as mulheres e os homens os personagens da história e atuando em situações que interessam às coletividades em que vivem, o historiador, para ser fiel à verdade que êle procura narrar, deve levar em consideração, não sômente a atitude que aqueles personagens tomaram diante dos acontecimentos, atitudes que derivam de seus temperamentos e das situações em que foram colocados, como, também, devem ter em conta os motivos e as conseqüências dessas suas atitudes ou atos dentro da atmosfera em que os acontecimentos tiveram lugar, no momento em que se deram os fatos. E se assim é, não deve ser esquecido que os atos daqueles personagens poderão ser mal interpretados pelos seus contemporâneos ou ter repercussões e divulgações de momento que dêem uma impressão falsa das suas reais intenções. Só o tempo, portanto a história, poderá mostrar as suas verdadeiras causas e conseqüências, rompendo, muitas vêzes, o véu que cobre aqueles atos, proporcionando aos historiadores, pela evidência dos fatos ou descoberta de documentos reveladores, seu julgamento definitivo sôbre os mesmos. Em caso contrário, os acontecimentos ficarão mergulhados, para sempre, em profundo mistério, que o próprio tempo se encarregará de tornar ainda mais enigmático... Mas, como disse, quaisquer que sejam as repercussões ou conseqüências do ato de um personagem, mesmo contrárias às intenções que êle teve, essas repercussões e essas conseqüências passam a incorporar-se à história, como verdades históricas, que não podem deixar de ser registradas. O historiador deverá retificar os fatos, dando-lhes a versão que pensa ser a real, a verdadeira, de tal maneira que a ação dos personagens seja explicada de modo diferente daquele em que foi interpretado pelos seus contemporâneos, fazendo com que ressalte, da ação daqueles personagens, o caráter benéfico ou malsão de suas verdadeiras intenções.

Esta ligeira digressão evidencia a complexidade com que se defronta o narrador da história, a dificuldade de sua tarefa, os obstáculos que terá de vencer para atingir a verdade, na sua função primordial de intérprete dos acontecimentos e das ações

dos personagens históricos, a paciência com que terá de armar-se para pesquisar os fatos, para descobrir os documentos e para, como verdadeiro escafandro, mergulhar nas melhores fontes, a fim de obter os melhores resultados. O investigador e intérprete da história precisa sentir o entusiasmo da pesquisa, ter, no sangue, o *virus* da perseguição dos fatos, que o tortura até a descoberta do que julga ser a verdade. Há fatos, como disse, que só o tempo desvenda, às vêzes devido ao trabalho persistente do historiador, outras à casualidade ou à própria vontade dos personagens, que determinam a época em que certos documentos devem ser divulgados, em virtude da discreção que desejam manter para não ferir, muitas vêzes, a sensibilidade ou a reputação de contemporâneos seus. Todos êsses fatos, apontados suscintamente, bem mostram que o tempo é um fator decisivo da verdade histórica, não somente porque dá a indivíduos de outras gerações perspectivas diferentes, possibilitando o julgamento com isenção, como porque proporciona o material sem o qual a história não poderá ser escrita. E, a êsse propósito, sirvo-me das palavras de Joaquim Nabuco, pronunciadas no seu discurso de recepção no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão de 25 de outubro de 1896, ao falar sobre seu pai, o Senador Nabuco de Araújo: «Ele tinha o costume, desde jovem, de guardar tudo o que lhe dizia respeito, assim como a cópia de sua correspondência, e depois para os seus trabalhos no Ministério, do Senado e do Conselho de Estado, formara o que chamava *pecúlios*, grandes volumes em que reunia opúsculos, artigos de jornais, cartas, manuscritos relativos a cada assunto de administração ou da política. Tive assim, para compulsar a respeito da sua vida e da sua época, um vasto material acumulado durante perto de 40 anos; a abundância, porém, de documentos a respeito dêle, não me faz senão ainda mais lastimar a perda dos arquivos de tantos homens nossos, arquivos que desapareceram de todo. Onde estão os papéis dos Andradas, de Feijó, de Olinda, de Vasconcelos, de Paraná, de tantos outros, de quase todos os vultos da nossa história parlamentar? Ainda um filho em que exista a preocupação do nome paterno, poderá, por exceção, conservar os trabalhos e documentos que illustrem aquele nome; na segunda geração, porém, espalham-se, perdem-se, vendidos em algum leilão obscuro, queimados ou varridos como inúteis» — conclui Nabuco.

De posse de todo êsse material, que terá de escavar do passado, o historiador tentará, então, a sua interpretação, o seu julgamento, pesando a importância dos dados obtidos, separando o essencial do que julga secundário, pondo em relêvo, em suma, o que realmente merece ser divulgado e desprezando o que

reputa inútil. Nesse julgamento, nessa tarefa de crítica dos dados de que dispuzer e de auto-crítica dos resultados a que chegar, é que se revelará o historiador, dêsse trabalho é que dependerá o seu êxito ou o seu insucesso, a excelência ou a fragilidade de suas qualidades de homem que escreve a história e que procura descobrir e pôr em evidência os motivos determinantes dos acontecimentos do passado.

É com a maior humildade diante de tarefa tão complexa e com a maior paixão de descobrir a verdade que se forjam os historiadores, são essas atitudes que marcam os homens que têm assento nesta Casa. Seguindo os seus passos, valendo-me de sua experiência e da experiência daqueles que vêm edificando este Instituto através de várias gerações, é que penetro reverente no seio desta associação cultural, sob a envolvência penetrante do nosso passado e cheio de fé no nosso futuro, naquele sentido em que o Barão do Rio Branco, ao tomar posse, como presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na sessão de 30 de janeiro de 1908, se referiu à nossa terra, deixando escorrer livremente a sua sensibilidade de patriota:

«Basta agora — dizia êle — que a nossa e as demais associações irmãs prossigam no desempenho de sua missão com o mesmo ardor e diligência de sempre, com o mesmo culto do nosso honesto passado e a mesma confiança no futuro. Porque esta nossa terra, que na minha remota mocidade já conheci grande, gloriosa e respeitada, e agora, cheios de contentamento, vemos cada vez mais considerada no mundo, há-de continuar a ser o teatro de ações e acontecimentos dignos de figurar com honra nas páginas da História, e os vindouros a hão de ver, dentro dos seus limites presentes, maior ainda do que a vemos, como uma das mais poderosas, adiantadas e influentes províncias de Humanidade». (*Aplausos*).



**DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
DR. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, EN-  
CERRANDO A SESSÃO**

É com prazer que vou declarar encerrada esta sessão e também congratular-me com a cultura brasileira pela escolha que o Instituto Histórico acabou de fazer, dando posse a uma das mais brilhantes figuras da diplomacia brasileira, e que eu, por uma circunstância especial tão bem conheço, por se tratar de um dos meus mais desvelados e brilhantes auxiliares.

Vir, para mim, à sede do Instituto Histórico não faz parte das obrigações de um chefe de Estado, porque este ambiente é extremamente agradável para o meu espírito e mesmo para todas as minhas reminiscências.

A história, eu não a aprendi ou não me afeiçoei a ela por um dever de cultura ou de estudos, ela penetrou em mim como, na minha velha terra natal, penetra em todos aqueles que, ao nascer, já defrontam, diante dos olhos, com o panorama de idades passadas.

Todos nós que viemos das velhas cidades mineiras estamos habituados a percorrer, nas velhas ruas, a contemplar, nas catedrais antigas, uma parte das mais expressivas da História do Brasil, aquela exatamente que serviu de fundação a esta grande nação.

De modo que, para mim, vir aqui ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nada mais é do que continuar o ciclo das minhas boas recordações da mocidade, trazendo aqui, neste ambiente tão culto e tão selecionado também, a palavra do meu entusiasmo por esta instituição.

Nós estamos, neste instante, sentindo uma verdadeira revivência, uma verdadeira preocupação com os estudos históricos porque, finalmente, a cultura brasileira chegou à convicção de que só procurando mesmo nas fontes legítimas da formação de uma pátria é que nós podemos organizar a estrutura moral, cultural de uma nação.

Joaquim Nabuco relata, num de seus livros, *Minha formação*, que, conversando uma vez com Renan, este lhe aconselhara estudar, em primeiro lugar, como base de qualquer cultura, a história.

Aqui é isso o que se faz. É um tempo para o estudo da história, e aqui, especialmente numa nação como a nossa, que está agora começando a dar os seus primeiros passos mais ousados no caminho do progresso, nós não podemos perder tudo o que foi feito nestes quatro séculos e que deve constituir a base e o alicerce para o que virá amanhã.

Este próximo ano eu deverei enviar ao Congresso Nacional uma mensagem propondo a criação do Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil. Nós temos, sobretudo nas velhas cidades do país, arquivos preciosos e admiráveis, que o tempo vai destruindo pela falta dos cuidados necessários. Torna-se indispensável, portanto, que o governo passe a tomar com mais cuidado e com mais desvelo, sob sua proteção, este acervo grandioso, sem o qual amanhã nós não seremos capazes de reconstruir os trechos iniciais da nossa história.

Mas, nós estamos, no próximo mês, a festejar uma das datas mais importantes da História do Brasil. A 28 de janeiro de 1958 vamos comemorar os 150 anos da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional.

Esse ato de D. João VI e do Visconde de Cayrú marca o início real da formação da nacionalidade brasileira. E ninguém, e especialmente num cenário como este, poderá pôr em dúvida que realmente o fundador do império brasileiro foi D. João VI, figura que nós todos apreciamos, mas que ainda não teve, até a hora presente, a sua lembrança assinalada em bronze numa das praças desta cidade. (*Aplausos*).

É também propósito meu enviar ao Congresso, no próximo ano, uma mensagem, solicitando o crédito necessário para erguer, na cidade do Rio de Janeiro, um monumento destinado a assinalar, para todas as gerações brasileiras, o que foi e o que representou D. João VI na formação da vida, da cultura e da economia brasileira. (*Aplausos*).

Neste instante, portanto, em que converso com os homens que têm a seu cargo exatamente a cultura da História do Brasil, é com o maior prazer que eu lhes dou conhecimento destas disposições do meu governo.

E mais uma vez, agradecendo a presença de todos que aqui vieram honrar esta grande solenidade, eu felicito o Dr. Aluizio Napoleão, pela confiança e pelo homenagem que acaba de receber.

Ela é justa, como acentuou o grande orador desta casa, o Magnífico Reitor Pedro Calmon.

Mas, também, quero juntar, neste instante, a voz do meu aplauso às vozes que aqui se fizeram ouvir, para proclamar que realmente o Dr. Aluizio Napoleão, pelos seus estudos e pela sua mocidade dedicada ao Brasil, está admiravelmente bem assentado, hoje, num cenáculo em que se cultivam, em primeiro lugar, as virtudes, as glórias e as tradições do Brasil.

Agradeço, portanto, a todos os presentes e dou por encerrada a sessão. (*Aplausos*).

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958